



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 20

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte e uma horas e vinte cinco minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reuniu esta Assembleia para continuação da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de 18 de abril de 2023 ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

3 – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2022.

4 – Análise e discussão da criação “Marca Porto Histórico” pelo Executivo da Junta de Freguesia; -----

5 – Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da União de Freguesias; -----

6 – Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de janeiro a 31 de março; -----

1

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Luís Rocha Pires Mendes Godinho, Ana Maria Miguéis Martins Sá, Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros e Abel Rodrigues Magalhães. -----

Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Manuel Pacheco Rodrigues e Érica Filipa Fonseca Pacheco Rodrigues. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, Tiago Filipe Alves Moutinho, Tiago João Peixoto Fonseca e António Miguel da Costa Cardoso Antunes. -----

Bloco de Esquerda – Miguel Albergaria Furtado Semedo e Teresa Marisa Alves Martins. -----

CDU – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

Faltas: -----

Aqui Há Porto-RM – Gianpiero Freire Zignoni, substituído por Ana Maria Miguéis Martins e Sá.

PSD – Ricardo Jorge Loureiro Baptista, substituído por Tiago Filipe Alves Moutinho. -----

P.S. – Abílio Pereira dos Santos, substituído por Abílio Manuel Pacheco Rodrigues. -----

B.E. - Mário Augusto de Sousa Moutinho, substituído por Miguel Albergaria Furtado Semedo. -
Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

Aqui há Porto-RM – Natacha Filipa da Silva Santos, António José Cardoso de Barros, Paulo António Constantino de Sá Pinto e Maria da Glória Vieira da Silva. -----

P.S. – Abílio Pereira dos Santos. -----



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

PSD – Ricardo Jorge Loureiro Baptista. -----

B.E. – Mário Augusto de Sousa Moutinho. -----

O Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Verónica Marta Stuve Veiga de Faria (Secretária) e os Vogais Ângela Maria Figueiro Cintra, Augusto Artur Saldanha e Maria Inez Rocha Barata da Rocha Gagliardini Graça. -----

Presidente da AF – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes e deu início à Assembleia. -----

Mário Praça (1º Sec. da Assembleia) – Procedeu à leitura do Edital e efetuou a chamada, para confirmar as respetivas presenças. Nesta Assembleia estão presentes 19 Deputados. -----

Presidente da AF – Afirmou que vai transmitir algumas notas, mas antes de o fazer, pretende colocar a votação a Ata nº 16, do dia 20/01/2023 – Assembleia Extraordinária. De seguida informou quais os Deputados que estiveram presentes, pois são esses que têm direito a votar. A mesma foi aprovada por unanimidades dos que estiveram presentes na ferida Assembleia. – Informou que no dia 28/04/2023, a Mesa recebeu um ofício enviado pelo Membro da Assembleia Bárbara Santos, do BE a efetivar o seu pedido de renúncia ao Mandato, pois não está no país e é impossível acompanhar os Trabalhos da Assembleia. Pede desculpa, mas deseja um bom trabalho a todos os presentes. Fica registado em Ata. Afirmou que se esqueceu de referir na Assembleia anterior, mas aproveita para dizer agora, que o PSD indicou o Ricardo Baptista como líder de Bancada. Afirmou ainda relativamente à correspondência e à reclamação efetuada que é do conhecimento de todos que houve um mau funcionamento e distribuição postal dos CTT na nossa Freguesia. E que existem duas Moções, uma Proposta da CDU e outra Proposta do BE, no mesmo sentido. Houve uma resposta no dia 28/04 do Sr. Presidente do Conselho de Administração da ANACOM e que dispensa a leitura da mesma, pois o documento foi entregue a todos os Membros da Assembleia. Se alguém não estiver de acordo ou não tiver conhecimento, pode enviar novamente. Salientou ainda os sucessivos apelos da Mesa ao poder de síntese nas intervenções dos senhores deputados. As Atas, como podem constatar, são demasiadamente extensas e alguns assuntos repetem-se. A Mesa não vai cortar, nem cercear as ideias. Solicita que cada deputado utilize o seu poder de síntese. Tem havido algumas chamadas de atenção para resumir a redação das Atas e que seja feito “um apanhado”, um resumo da ideia, da intervenção que muitas vezes se repete. Referiu que não se sente particularmente à vontade para o fazer, assim como, os restantes elementos da Mesa e as colaboradoras responsáveis pela redação da ata. Todavia, ao se enviar a proposta de ata para os Srs. Membros da Assembleia efetuarem a correção, os Srs. Deputados, podem sintetizar e manter o seu cunho pessoal sem desvirtuar a ideia e fazer um resumo dessa intervenção. A Mesa facilita esse trabalho. Ele próprio não o fará, seguramente, porque uma vírgula, altera todo o sentido da frase. Pelo que percebe as funcionárias, que mais uma vez, reitera e não se cansa de o dizer, que esta Junta tem excelentes funcionárias, nomeadamente, as 3 pessoas que aqui estão presentes, a Ana Pinto, a Fernanda Silva e Rute Sousa e que merecem da Assembleia uma salva de palmas. Dando cumprimento ao novo Regimento que assembleia têm, não quer deixar de referir, porque foi aprovado por todos e por unanimidade, da existência no documento da minuta de solicitação de substituição. Por outro lado, gostaria que na próxima Assembleia, os Srs. Membros se pronunciassem acerca do Anexo 2. Todos conhecem o e-mail da Assembleia. Antes de entrarem no Período Antes da Ordem do Dia, tem a palavra o público para intervir. Perguntou ao público presente se pretende intervir, pois



existem duas pessoas presentes, tendo as mesmas declinado o convite. -----
Entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia e deu a palavra ao Deputado Tiago Fonseca para Defesa da Honra. Foi informado que teria 2 minutos para o fazer. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Iniciou a sua intervenção para cumprimentar todos os presentes. De seguida passou a ler um documento que passou a citar: “Após ter tido acesso à Ata completa e áudio da reunião da Assembleia de Freguesia de 06/01/2023, referente à continuação da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de 20/12/2022, na qual tive conhecimento que na Assembleia de 18/04 do presente ano, data em que foi aprovada a respetiva Ata, venho por este meio efetuar a minha Defesa da Honra, pois essa Assembleia tinha como Ponto Único da O.T. “Apreciação da Informação do Presidente sobre a Atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de setembro a 30 de novembro de 2022”. Contudo, o Presidente referiu-se a uma situação passada em junho de 2022, aproveitando o facto de eu não estar presente na referida Assembleia para insinuar, incompetência. Acrescento ainda que nesta Assembleia, o Presidente da Junta de Freguesia insinuou que eu seria incompetente por ter o Pelouro e não ter dado qualquer feedback relativamente à Proposta. Contudo gostaria de esclarecer que apesar de ter o Pelouro da Mobilidade e Transportes, nunca fui convocado para qualquer reunião, nem articulei qualquer assunto desta matéria com o responsável do mesmo Pelouro no Município do Porto. Logo as insinuações feitas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia têm por pressuposto falsidades”, fim de citação. De seguida afirmou que todos os Deputados tiveram acesso à documentação e se for necessário, depois de terminar a leitura do documento, fará com todo o gosto. Passou novamente a citar o documento: “Não querendo alongar mais esta matéria, reconheço que já foi devidamente escalpelizada, apenas gostaria de reforçar que a Proposta de Recomendação pela implementação do controlo de Acesso Automóvel no Terreira da Sé e nas ruas adjacentes elaborada e apresentada nessa Assembleia pelo Grupo da Assembleia de Freguesia do PSD – Partido Social Democrata não tinham nem tem de ser apresentada e/ou discutida previamente com os elementos do Executivo do PSD. Reitero que a Assembleia de Freguesia é um Órgão Autónomo e os seus elementos não têm de avisar, comunicar e/ou articular sobre vontades ou decisões próprias sobre um qualquer assunto. Não é assim que funcionam os elementos da Assembleia de Freguesia do PSD, não têm de pedir qualquer autorização a um elemento ou elementos pertencentes ao Executivo, mesmo que sejam do mesmo grupo políticos”, fim de citação. Afirmou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia levantou toda esta celeuma e segundo informação, a situação está completamente na mesma. Não existe, que ele saiba, nenhum controle de acessos, o sistema não se encontra implementado e a funcionar, o que é lamentável. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Deputado. Solicitou a entrega deste documento, por escrito, à Mesa. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que não vai alimentar aqui as palavras do Sr. Deputado Tiago, vai somente dirigir-se à Assembleia. Todos presentes ouviram, naquele dia, a afirmar e passou a citar: “Que articulei com o Sr. Vogal do Executivo do Pelouro da Mobilidade, a situação e depois a Bancada do PSD passou por cima do Executivo”, fim de citação. Foi isso que afirmou na altura. Como vêm o Sr. Deputado não está bem por qualquer motivo, mas ele não ofendeu ninguém naquele dia, pois todas as pessoas aqui são testemunhas disso. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Abílio Rodrigues. -----

Abílio Rodrigues (PS) – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que pretendia apenas fazer uma intervenção de felicitações. Na semana passada, uma



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Deputada desta Assembleia defendeu e concluiu com aprovação unânime, uma tese de doutoramento no ICBAS, na Universidade do Porto, prova a que assistiu, acompanhado pelo Sr. Deputado Mário Moutinho, do BE e uma ex Deputada do Movimento Rui Moreira, a Dr^a Maria de Deus. Divergem na essência o PS e o BE, nas formações políticas e na forma de alcançar os objetivos a que se propõem para problemas comuns. Contestam, protestam e manifestam desacordo em muitas Propostas ou soluções do BE. Contudo, reconhecem mérito aos seus Deputados que como nós, do PS, despendem muito tempo para o bem dos fregueses desta União de Freguesias e da população em geral. Não estão por isso tomados por qualquer tipo de cegueira ideológica, como pensam que nenhum dos Srs. Deputados está e nada lhes custa reconhecer o mérito de quem tem isso mesmo, mérito. Convidam todos os Deputados a juntarem-se a eles com uma manifestação de felicitações, anexo n.º 1, à Deputada Dr^a Teresa Martins por ter conseguido atingir tão alto patamar na Academia. De seguida decorreu uma salva de palmas. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada Teresa. -----

Teresa Martins (BE) – Agradeceu as palavras proferidas e o apoio prestados por todos/as na referida semana, agradecendo as felicitações e todo o apoio e incentivo que lhe foi dado neste percurso. -----

Presidente da AF – Afirmou que não poderia ser melhor e que a Mesa se revê nas palavras do Sr. Deputado. Antes de entrar na O.T. foi recebido um pedido por parte do Movimento para fazer uma alteração do Ponto 6 para passar para 1º. A Mesa não se opõe e deixam ao critério do Plenário. Da parte da Assembleia também não haverá problema do Ponto nº 6 passar para 3º. De imediato entrou-se no Período da Ordem do Dia, no Ponto nº 3 da O.T. “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas, relativas ao ano de 2022”. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que o trabalho desenvolvido por este Executivo no ano de 2022, foi complicado. Chegar a uma Junta de Freguesia falida, com um défice financeiro de 15.000,00€, com muitas dificuldades para pagar os ordenados às colaboradoras, com dívidas do Orçamento Colaborativo do Mercado de São Sebastião, foram públicas e faz questão de torná-las públicas. Baixaram nas despesas subiram nas receitas, fizeram algumas atividades que não estavam previstas no plano da Junta, fizeram um Plano e Orçamento para 2022 ajustado ao Orçamento que tinham e sente-se com a missão cumprida do ano passado, parabenizou o Executivo, esta excelente equipa mesmo com alguns dos elementos que não concordavam, fizeram um excelente trabalho e conseguiram alcançar estas contas. Têm uma apresentação em PowerPoint com todas as iniciativas que promoveram. Aqui têm um documento da despesa que foi um pagamento judicial que tinham de uma penhora de 41.000,00€, que vinha de Cedofeita e que aumentou a despesa como vêm, têm vindo a diminuir a despesa todos os anos. Em 2021 as receitas foram de 1.559.733,00€. Em 2022 aumentaram as receitas para 1.833.299,00€. Tem a ver com as rendas, venda de serviços na área social, nos Balneários e Sanitários. A despesa corrente foi também diminuída em cerca de 70.000,00€ ou 80.000,00€. Despesas com pessoal baixaram cerca de 160.000,00€. Pagaram dívidas de 41.000,00€ a nível judicial, de Cedofeita. Os 3.000,00€ são de duas prestações do Mercado São Sebastião que assumiram e 10.000,00€ à Porto Digital, pois era uma dívida que quando chegou à Junta, deviam mais de 10.000,00€ à Porto Digital, referente à Internet. Foi paga e também 7.000,00€ em prestações à ADSE, é um acordo que estão a pagar. São contas à moda do Porto. Afirmou que foi um excelente trabalho deste Executivo para além de todas as atividades que conseguiram fazer. Conseguiram no Dia dos Avós, levar 50 idosos





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

gratuitamente ao Pavilhão da Água com oferta de lanche, conseguiram fazer o magusto, conseguiram fazer o almoço da Natal para 120 idosos da União de Freguesias, pagos na totalidade e conseguiram juntar dinheiro para substituir a parte informática da Junta. Estão presentemente a resolver esta situação e têm dinheiro para arranjar alguns prédios que estão com infiltrações de água. Foi um trabalho difícil, árduo, mas com esta excelente equipa, tudo se consegue. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. Aproveita para dizer que não quis cortar o raciocínio do Sr. Presidente, mas no futuro, a Mesa agradece que quando quiser fazer a apresentação, informe a Mesa de que o vai fazer para que ninguém seja apanhado de surpresa. De seguida deu a palavra ao Deputado Miguel Semedo. -----

Miguel Semedo (BE) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Quer apenas repetir um pouco do que afirmaram o ano passado. Reconheceu um esforço, uma maior clarificação e esclarecimento em relação ao que se passava com o Executivo anterior, as contas mais detalhadas, o que também permite que a oposição faça melhor o seu trabalho. Querem parabenizar o Executivo por isso. Contudo, tal como nos anos anteriores, há muitas componentes do Relatório de Atividades e Contas que carecem de clarificação e principalmente de avaliação política por parte do Executivo e por parte desta Assembleia de Freguesia. Relativamente ao Relatório de Atividades em si, apenas algumas questões breves. Pergunta ao Sr. Presidente da Junta e também para comentar as opções políticas. Repararam que na secção 2 “Coesão Social” que os atendimentos no 2º, 3º e 4º trimestres baixam para praticamente um terço dos atendimentos do 1º trimestre. Por uma questão de curiosidade, não percebem o porquê. Não existe essa avaliação no relatório, quer só perguntar o motivo. Pensa que é à volta de 200 e passa para a volta de 50 ou 60. Na secção 4 “Habitação” registou um novo aumento de denúncias de contrato de arrendamento por proprietários, acompanhado por falta de condições económicas dos agregados familiares para o mercado regular de arrendamento e escassez de soluções institucionais. Esta continua a ser uma emergência social que degrada o direito à Habitação, que deveria ser garantido a todos os cidadãos desta União de Freguesias. Sabem que é algo que não está no controle da União de Freguesias, mas mesmo assim, é importante sublinhar, pois diz respeito aos cidadãos que aqui habitam ou tentam habitar. Relativamente ao Programa Porto Solidário, de apoio ao arrendamento repararam também que das 171 candidaturas submetidas, aliás não é claro no Relatório, pois existem 171 candidaturas submetidas, 121 candidaturas aprovadas e 16 em análise. Mas não se percebe, pois, das 171 submetidas, se esse nº não se refere às submetidas ou se são submetidas e excluídas. É importante perceber se o nº de excluídas é apenas 34 no total de 171 ou se é 171 candidaturas excluídas, no total de 308. É bastante diferente a eficiência das candidaturas nesse caso. Se for a 2ª opção, 171 excluídas em 308 candidaturas, é uma percentagem de candidaturas excluídas superior a 50%, o que lhes parece lamentável e que se deve tentar baixar no próximo ano. Relativamente à Educação, há também uma nota em que se diz que se abriram dois Centros de ATL, Bandeirinha e São Nicolau, mas no resumo da introdução do Relatório, fala-se em 3 novos Centros de ATL, sendo assim, pergunta-se qual é o terceiro? Relativamente ao gabinete das ocorrências, fala-se em 64 ocorrências resolvidas, mas não se diz no Relatório, quantas é que foram resolvidas e de que tipo. Para terem uma ideia da eficiência do Gabinete, isso de estar claro no Relatório. Relativamente, agora, à gestão e às contas que acabam por ser um reflexo das grandes opções orçamentais do Executivo e das suas políticas. Salientam que existe um saldo positivo de cerca de 130.000,00€ em relação às receitas e despesas executadas, segundo o Relatório, porque em 2022 não houve Fundos Comunitários que fossem ilegíveis ou com interesse para esta Autarquia, porquê? Como é que



esta Autarquia não consegue ou não quer concorrer a Fundos Comunitários, pois não está explicado no Relatório. Existe também outra coisa importante de salientar que é o seguinte: Em termos de Receitas de Capital, desde 2020, 2021 e 2022, é o terceiro ano consecutivo, em que há zero em Receitas de Capital. Não se percebe como é que isto é possível, tendo em conta que as Receitas de Capital incluem fundos transferidos pelo Estado, município ou União Europeia, para apoiar investimento e também empréstimos bancários. Não se percebe se é o Executivo que não quer, não se percebe se é uma opção política, simplesmente não está elegível. Relativamente à segmentação da despesa por áreas, salientam e sublinham a diminuição, pois quando o Presidente se parabeniza por uma redução da despesa, também depende o que é que se reduz. Na verdade, há uma redução de 160.000,00€ com a despesa com pessoal em relação a 2021. Como se justifica isto? Porquê? Não são necessários Recursos Humanos nesta União de Freguesias ou não são assim necessários estes Recursos Humanos nesta união de Freguesias? Em direção oposta há um aumento de 43.000,00€ de despesa na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços em relação a 2021. Não conseguiu encontrar, mas também não é fácil em quê, exatamente. Para nenhum destes dois itens apresenta uma justificação política ou de gestão, apenas refere que as despesas com pessoal continuam elevadas. Isto é muito relativo. É apenas a opinião do Executivo, o que parece indicar e é ainda mais preocupante, uma vontade de continuar a reduzir, que deveria ser clarificada aqui. Relativamente às demonstrações orçamentais na Execução Orçamental em áreas essenciais desta freguesia. Educação, por exemplo, apenas foram executados 57% das despesas dos fundos previstos. Ação Social, cerca de 70% apenas executados, devido a uma baixíssima execução de Protocolos de apoio financeiros, cerca de 10%, do orçamentado. Relativamente ao Banco Alimentar da Freguesia, cerca de 21% e apenas 16% para Recreio, Desporto e Lazer. Têm também casos extremos e lamentáveis de baixa execução orçamental. Por exemplo: dos 131.000,00€ previstos das Transferências Correntes para Instituições sem fins lucrativos, ou seja, despesas correntes necessárias para essas Instituições, este Executivo pagou apenas 950,00€, são apenas 0,72% do previsto, sem explicação mais uma vez. Resumidamente, este Executivo, cortou com a despesa nos Recursos Humanos, não se percebe porquê, não tem Receita de Capital, não se percebe porquê e não gastou no que se comprometeu com Educação e Ação Social, também não se percebe porquê. Contam com o Sr. Presidente, hoje, para dar alguma explicação a esta Assembleia, mas estes números não enganam, as opções são claras. Os resultados líquidos positivos também podem significar pouco investimento. Não são sempre positivos e a Freguesia tem de ter é um resultado zero, não tem de ter receita. Para além destes pontos críticos principais, salientam também que ainda não foram incorporadas propostas pelo BE e aprovadas nesta Assembleia de Freguesia. Deu como exemplo, medidas de apoio aos Cuidadores Informais.

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Alexandre Pinto.

Alexandre Pinto (Aqui há Porto-RM) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que tendo por base o documento apresentado, pretende em nome da Bancada do Aqui há Porto-RM, apresentar a congratulação pelos resultados obtidos. Como se costuma dizer, não se fazem “omeletas sem ovos”, mas neste caso foi o que sucedeu. Este ano de 2023 já vai quase a meio e questiona o Sr. Presidente do Executivo, se os problemas financeiros que estão no Relatório e que lhes foi transmitiu várias vezes no passado recente, se encontram já ultrapassados e se já podem respirar financeiramente melhor no futuro próximo. Quanto ao Gabinete das Ocorrências para além das redes sociais, existem outros meios de informar os moradores da nossa União de Freguesias, da existência do mesmo, ou seja, nem



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature and initials in blue ink.

todas as pessoas têm acesso às redes sociais e não sabe se está previsto alguma forma de informar de outra forma, para que as pessoas possam ter acesso. Por outro lado, sabem que é um tema recorrente, mas que sempre muito os preocupa pelo que ao que tem transmitido por diversas reuniões com as forças policiais, será que neste campo também poderemos estar perante um futuro mais promissor? Ou por outro lado permanece o caos por falta de operacionais e de meios técnicos que seriam necessários para fazer face à insegurança no nosso território. Sobre a Coesão Social gostariam também de salientar a importância deste tema, que no entender da sua Bancada é uma situação de fundos disponíveis da União de Freguesias, deverão reforçar o apoio prestado atualmente. Saúdam também a apresentação neste documento de conclusões e estatísticas das várias atividades da União de Freguesias que devem servir para ir monitorizando a importância dessas mesmas atividades. Congratulam-se pelo facto de não ter sido vendido património, nem solicitado empréstimos de curto prazo, apesar das dificuldades sentidas que foram possíveis ultrapassar, esse período menos positivo, sem recurso a essas duas mais fáceis, mas menos interessantes fontes de financiamento. Para concluir e depois também lhes parece desnecessário entrar em pormenores específicos contabilísticos do Relatório e Contas, ficam muito satisfeitos com a evolução apresentada por este Documento, onde se nota um cuidado com o rigor que não ocorria no passado. Em conclusão, Sr. Presidente da Junta, há muito para fazer, mas está no bom caminho. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Aproveita para fazer uma confirmação com o Sr. Presidente da Junta para saber se os documentos já foram enviados ao Tribunal de Contas. -----

Presidente da Junta – Informou o Deputado que os mesmos ainda não foram entregues. -----

Vítor Vieira (CDU) – Começou a sua intervenção por dizer que a CDU não vai votar favoravelmente estes documentos, porque o atual Executivo Rui Moreira, agora com a colaboração minoritária do PSD, mais uma vez não se mostrou capaz de resolver os problemas causados pelo anterior Executivo, igualmente de maioria Rui Moreira. Desde logo ausência completa de referências às atribuições que estiveram na origem dos Documentos que hoje apreciam, a falta de aprovação em anos anteriores, quer dos documentos previsionais quer dos Relatórios de Execução dos mesmos, a que acrescia ainda a apresentação de uma proposta de documentos previsionais para 2022 adulterada, viciada e errada. Também a apresentação e aprovação em Assembleia de Freguesia de uma nova versão, já a meio de janeiro, sempre dificultariam a aprovação desses documentos, pois trata-se de questões relevantes que não podem ser ocultados nestes relevantes documentos. Mas a estas falhas juntam-se outras, pois na prática o atual Executivo Rui Moreira/PSD o que executou em 2022 foi mera gestão corrente, embora em uma ou duas áreas se tenham registado melhorias, globalmente a ação deste Executivo não se diferencia do anterior, também de coligação Rui Moreira. Salientou os seguintes aspetos criticáveis: Neste documento não existe uma única palavra sobre o que foi feito quanto ao Mercado São Sebastião. No Plano que foi apresentado o ano passado, está aqui e passou a citar: “Prometia dinamizar o espaço, tornando-o mais rentável”, fim de citação. Em vez disso, em setembro devolveu-se o equipamento à Câmara e estipulou-se um prazo para devolver, em prestações, o dinheiro recebido para o Orçamento Colaborativo de 2019, sem, entretanto, ter havido qualquer obra e deixando degradar-se o espaço. Neste Documento nada é dito sobre o que aconteceu na aprovação dos documentos previsionais de que agora se avalia a execução, em particular o facto de em 30/12/2021 ter sido apresentado um documento recheado de erros e falsidades, como a CDU fundamentadamente



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

[Handwritten signatures]

demonstrou, obrigando a que a Junta funcionasse em regime de duodécimos durante 2 semanas enquanto corrigia os erros e falsidades mais evidentes, mas sem garantir a necessária confiança jurídica sobre esses documentos. No edifício da ex Junta da Vitória prometia reabrir os Serviços, instalar uma Biblioteca e um ATL. Nada aqui é dito sobre isso além de que se passou a cobrar uma renda à CMP sobre uma Escola EB1 que ali funciona, sem se conhecer bem os contornos de tal medida ou mesmo se é concordante com os termos de doação daqueles edifícios à Junta pois também nada é referido sobre este aspeto. As Lavandarias eram aqui muito referidas, mas estão completamente ausentes deste Relatório, tal como o Desporto que no Plano ocupava uma página. A Saúde, onde se indicavam muitas iniciativas, mas que se limita agora à enumeração das consultas de Clínica Geral disponibilizadas durante o ano. Os Recursos Humanos, que no Plano e muito bem se reconheciam e elogiavam, não são mencionados senão numa breve menção à mobilidade de Técnicos Superiores, ainda por cima com uma menção despropositada a alegados “altos ordenados”, uma clara deriva populista. Habitação, área em que a Junta dizia desempenhar um papel fundamental para a atração de novos moradores, é pretexto para um simples lamento sobre as muitas denúncias sobre os contratos de arrendamento entretanto registados e a falta de respostas a essas graves situações, e nada é dito sobre a situação das habitações de que a Junta é proprietária. A dinamização da Cultura prometida no Documento aprovado em janeiro, limitou-se ao Coro da União, um projeto válido, mas claramente insuficiente. Refere-se o Orçamento Colaborativo 2022 e o Fundo de Apoio ao Associativismo como se fossem iniciativas da Junta quando na verdade e na prática se trata de uma mera operação de tesouraria e que a Junta apenas trata - e mal - de organizar a forma como serão distribuídos os apoios camarários que a Câmara e não a Junta, disponibiliza, recebendo por esse trabalho 10.000,00€ e nem uma linha sequer sobre os respetivos regulamentos, que a Junta não colocou em apreciação, como se tinha comprometido e todos reconheciam como essenciais depois dos escandalosos casos ocorridos na anterior gestão Rui Moreira. A reabertura dos ATL'S encerrados no anterior Executivo Rui Moreira, que neste mandato era uma medida defendida por todas as forças políticas nos seus programas, acaba assim por ser o único facto positivo visível no ano de 2022, a par do aumento de receitas que aparentemente se deve ao aumento do valor da taxa de utilização dos Sanitários e à cobrança de uma renda da Escola de Carlos Alberto. Passaram à análise do Relatório de Gestão. Este volumoso documento, esta preparação decerto contou com o apoio técnico de uma nova entidade ou novo contabilista, cuja identidade se desconhece, mas esperam que seja mais competente e correta, do que a do início deste mandato, que apresentou, um conjunto de documentos previsionais falseados e incorretos. Por esse motivo acabou por ser afastado sem que saibam o nível de responsabilidade dessa entidade nos desmandos de anteriores gerências. Quis referir algumas notas que parecem relevantes. A longa introdução será talvez útil para quem não saiba o que são estes documentos, e apenas isso. O que se lamenta é que ali se tente desculpabilizar os atrasos com as costas largas da Pandemia e não seja dita uma só palavra sobre a confusão deixada pela anterior equipa técnica. Continua sem se identificar claramente qual é o software utilizado, embora verbalmente já tenha sido afirmado ser da Medidata. Argumenta-se, no Ponto 1, Execução Orçamental, na página 5, que só não houve uma execução acima de 100% previstos, por causa dos atrasos da Câmara na concretização do Fundo de Apoio ao Associativismo. Mas isso é uma operação de tesouraria que assim devia constar no documento, não como receita e despesa da Junta, que o não é. Afirmou também que se apresentou nas páginas 6 e 7, elementos que não foram validados, valores de orçamentos e contas de anos anteriores que foram rejeitados na Assembleia de então, sendo por isso de duvidosa legalidade e fiabilidade. Fala-se inclusive de





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

dados de 2020 e 2021 - que aparentemente nunca foram referidos - como uma regularização de uma rubrica de operações de tesouraria que teria originado uma receita extraordinária, algo que devia ser explicado, e reembolsos de seguros que não se sabe a que respeitam. As rendas, na pág. 8 não sabem ao certo quais são, mas decerto incluirão os espaços cedidos pela Câmara à Junta e por esta cedidas a outras entidades e também a nova renda da Escola de Carlos Alberto, não estão claramente explicadas em lado nenhum. Sucede que no Orçamento aprovado em janeiro do ano passado só constavam na rubrica 05.10, mais 84.900,00€ ora rubrica 07.03, ou seja, menos 85.000,00€. Contudo o valor arrecadado ascendeu aos 111.727,00€, mais quase 27.000,00€ do que o previsto, com uma distribuição muito diferente que não é devidamente explicada no documento. Na Certidão de Receita emitida pela Câmara, na página 70, é referido que foi transferido 993.110,00€ e que presumivelmente incluiriam os 155.000,00€ do Orçamento Colaborativo que aqui aparece designado como Orçamento Participativo. Contudo, na pág. 52, da demonstração da Execução, é referido ter sido recebido da Câmara apenas 932.800,00€, menos 60.000,00€ do que a Câmara afirma ter transferido e isso precisa de explicação. Onde é que está essa verba? O balancete analítico igualmente necessita de uma explicação já que se trata de um documento que não era usual ser apresentado. Por último, há um aspeto que deve ficar claro, na opinião da CDU e que é o seguinte: o documento anexado no final intitulado "Regulamento do Sistema de Controle Interno" e depois "Regulamento Interno da Contabilidade" é um documento interno da Junta, por isso não carece de aprovação da Assembleia. Presumivelmente é um documento para conhecimento da Assembleia e por isso se saúda, porque ajudará os serviços a melhorar a sua organização. Frisou que não integram os documentos a apreciar e a aprovar por esta Assembleia.

9

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada Natacha.

Natacha Meunier (PAN) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Ao fazer o balanço do último ano, nomeadamente através da documentação que foi enviada, consideram que apesar de estar há quem da proatividade que desejariam, nomeadamente nas áreas da Habitação, Ecologia, Ambiente e Bem-Estar Animal, onde gostariam muito de ver muito mais trabalho realizado, reconhecem que a nível financeiro houve até relativamente um esforço por parte deste Executivo de minimizar a dívida da Junta. Contudo e antes de mais salientar que teimosamente este Executivo apresenta os seus resultados financeiros como se de negócio privado se tratasse. Relembrou que estão num órgão público e claro precisam de ter contas sustentáveis, mas acima de tudo precisam que os orçamentos sejam esgotados na potencialidade dos serviços a prestar à população. Na descrição sumária ao longo do ano, sentem que além das atividades de dinamização maioritariamente direcionadas à população idosa, mas que se deveria ir mais além, nomeadamente através de parcerias para ações de formação, Workshops gratuitos abertos à população sobre diversos temas, como a Habitação, o Ambiente, o Bem-Estar Animal, a Saúde Mental e também a Cultura. Realizar atividades que incluam mais a população jovem, não obstante, claro, valorizar a proximidade com a comunidade sénior. Também ainda sobre as atividades da Junta, gostariam muito que fossem informados para que nos próximos Relatórios pudessem obter informação do nº de participantes em cada uma dessas ações e quais os seus resultados. Gostariam ainda de colocar uma questão sobre a reunião com Projeto Solução para tudo, que é descrita neste Documento, nomeadamente tentar perceber quais foram os motivos identificados para o Programa não ter tido sucesso e quais foram as formas de contacto adotadas e também se lhes pudessem fornecer o nome da Assembleia que promoveu este Projeto. Constataram



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures in blue ink.

ainda que no âmbito da Habitação os encaminhamentos efetuados e a falta de resposta reforçam uma vez mais, a incapacidade estratégica desta Junta em articulação com a CMP para dar a devida resposta às centenas de pessoas desta Freguesia que continuam em situação limite no que foca ao seu direito à Habitação. Uma outra afirmação que é colocada no Documento é de que houve Técnicos Superiores que saíram desta Junta por receber e passou a citar: “Por receber ordenados altos”, fim de citação. Posto isto gostariam de perceber o que o Sr. Presidente tem a dizer sobre isto. Se considera isso um fator motivador para as Técnicas e Técnicos Superiores que trabalham nesta Junta, nomeadamente quando propõem no Orçamento de 2022, um prémio de desempenho para motivar os seus trabalhadores e acham que é contra procedente esta afirmação. Na pág. 34 revelam ainda que não houve candidaturas a fundos comunitários porque não existiram projetos de interesse. Questiona então por terem colocado nas Grandes Opções do Plano a intenção de submeter a fundos comunitários para a aquisição de veículos elétricos. Pretendem ter algum esclarecimento sobre a listagem de remunerações a meio tempo do Executivo que está citado no Documento, mas não encontram qualquer informação sobre as remunerações a tempo inteiro. Por fim, gostariam que este e nos próximos anos, esta Junta possa trabalhar mais no sentido da transparência e também no sentido de cumprir com maior rigor os projetos que apresenta no início do ano, uma vez que ao olhar para as Grandes Opções do Plano apresentadas no início de 2022, verificaram que os objetivos e estratégias apresentados, não é em grande medida, cumprida. Que dê passos mais concretos e urgentes nas áreas da Habitação, da Cultura, do Ambiente e do Bem-Estar Animal. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra à deputada Sandra Mondim. -----

10

Sandra Mondim (PS) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que no dia 11 de abril foi chamado um representante de cada força partidária, para uma reunião na Junta, para algumas orientações, relativamente à apresentação do Relatório Contas. Nada do que foi falado e acertado na reunião, foi cumprido, sobretudo na entrega atempada deste Relatório, para eventual envio atempadamente, ao Tribunal de Contas. Verificaram, hoje, que ainda não seguiu. Em função das alterações que ocorreram, são obrigados a concluir que não foram acauteladas as dificuldades, os prazos que deveriam ter sido cumpridos. Ao contrário do que lhes foi dito nessa reunião, as outras Freguesias entregaram atempadamente os Relatórios de Contas. Ela própria teve a oportunidade de verificar com qualquer uma delas e todas entregaram a documentação atempadamente e fizeram as suas Assembleia no mês de abril, o que leva a concluir que esta Junta deixou para muito tarde este assunto. Falhou com os prazos e permitam-lhe dizer que deu um mau exemplo. Relativamente a exemplos quer deixar só um apontamento e o Sr. Presidente vai-lhe permitir esse apontamento. É a segunda vez que verificam que o Sr. Presidente se ausenta em momentos importantes e de responsabilidade desta Junta. Verificaram que isso aconteceu no início do ano passado, numa altura em que também foram chamados para uma votação importante e voltou a acontecer este ano, nesta fase de entrega deste Relatório. Possivelmente a ausência do Sr. Presidente da Junta não afetou isso, mas é uma chamada de atenção porque não deixaram de reparar nessa situação. Passando propriamente ao documento em si, parece-lhes que aquilo poderia e deveria ser feito, fica há quem daquilo que se está a fazer junto da população. De seguida afirmou que gostariam de deixar algumas sugestões. Relativamente ao Relatório de Atividades, na pág. 2, quanto à negociação do pagamento da renda com o município, pretendem saber se não existia já um acordo sobre isso. Na pág. 3, relativamente aos CATL'S, é a Segurança Social ou são as IPSS que devem



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Albino
Albino
Mozinho

prestar o serviço referido aqui neste parágrafo. Quanto ao Relatório de Gestão de Atividades, na pág. 5, na Execução Orçamental, é referido que quanto ao orçamento da receita a questão é saber qual o montante afeto ao adiantamento da transferência da CMP, uma vez que é mencionado, aqui no Documento, é referido um adiantamento por parte do município do Porto relativamente ao orçamento Participativo para o Associativismo. Na pág. 7 têm também uma questão a colocar relativamente à menção de em 2020 ter sido feita uma regularização duma rubrica das operações de tesouraria e solicita ao Sr. Presidente da Junta, para esclarecer qual a rubrica. Na pág. 11, relativamente às Despesa de Pessoal e à sua redução, gostariam de perceber como é que foi possível reduzir significativamente as despesas com pessoal, tendo o mesmo n.º de Recursos Humanos, como é referido na pág. 3 do Relatório de Atividades em que é mencionado que conseguiram fazer alguma coisa com o mesmo nº de Recursos Humanos. Se têm o mesmo n.º de Recursos Humanos, como é que conseguiram, de facto, fazer essa redução nas despesas. Atrave-se a perguntar se essa redução aconteceu ao nível do Executivo. Na pág. 13 e 14, relativamente à dívida à ADSE, de referir que a mesma era de 18.404,65€ anteriormente e agora está em 21.706,00€, pretendem saber o porquê de ter subido. À prestações não pagas, quais? Anteriormente tinham uma indicação de que a dívida, está a referir-se ao Relatório apresentado o ano passado. A dívida era de 18.404,65€ para com a ADSE. Agora está mencionado na pág. 14 que a dívida está nos 21.706,00€. A questão é porque é que subiu este valor. Na pág. 15, deste Documento, quanto ao ativo corrente de 2022, os valores estavam em 25.555,15€, salários dos funcionários retidos, porque não se percebe muito bem os valores que estão aqui plasmados. Gostariam de ver estas questões, se possível, elucidadas. Não obstante, as questões e os reparos, gostaria de dizer que se nota uma diferença positiva na apresentação e conteúdos dos documentos, mas continuam a necessitar dos devidos esclarecimentos. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que o número elevado de atendimentos no 1º trimestre, deve-se à “Chave dos Afetos”. É um Programa da CMP em que as Assistentes Sociais tiveram de visitar pessoas por diversas vezes. Na Habitação, como sabem, não têm qualquer interferência direta, fazem a aproximação, sim, aos moradores, fazem o acompanhamento dos moradores e a Técnicas da União andam no terreno sempre a tentar auxiliar. Existe um Protocolo com a Associação de Inquilinos e encaminham para essa Associação. A Drª Alexandra Cachucho é Advogada na referida Associação e a Junta também tem apoiado algumas Assistentes Sociais com casos de habitação. No Porto Solidário foram submetidas mais de 170 candidaturas, mas ainda não obtiveram resposta por parte dos Serviços. No Gabinete das Ocorrências conseguem saber, muitas vezes, o que é resolvido. Sabem quando não é resolvido, se os moradores voltam a informar que não foi solucionado. Nessa altura voltam a falar para tentar resolver o assunto e aproveitando o Gabinete das Ocorrência, bem como alguns dos trabalhos que esta Junta tem vindo a desenvolver e a fazer, estão a ser comunicadas por carta, a todos os fregueses. Informa que não se candidataram a alguns fundos porque não estavam elegíveis para tal. Quanto aos Recursos Humanos, foram em mobilidade duas Técnicas Superiores e uma Assistente Operacional e agora foi mais um Assistente Técnico. Informou que foram reformados 3 Assistentes Operacionais. Nesta categoria profissional, houve uma baixa significativa de Recursos Humanos. Quando afirma que com os mesmos Recursos Humanos que a Junta tem, aumentaram os serviços. Saíram estas pessoas e com os mesmos Recursos Humanos que a Junta tem, aumentaram o serviço e a capacidade de resposta. No caso dos ATL’S e vai começar por alguns serviços que a Junta deveria ter enumerado. Reabriram o





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Centro de Convívio da Vitória, em que lá se encontrava um funcionário. Este Centro tinha três seniores, estavam a dar uma resposta muito má, não têm acordos com a Segurança Social. Têm o Sr. Padre Jardim e a Paróquia de Nossa Senhora da Vitória que mais abaixo, tinham um Centro de Dia que tem um Protocolo com a Segurança Social, que consegue dar um melhor acompanhamento e uma melhor resposta aos nossos idosos. O que fizeram, protocolaram o Centro de Convívio da Vitória e colocaram esse funcionário que estava lá a prestar serviço, foi para outro local. Afirmou que isto é uma boa gestão, não é uma gestão privada, não está a falar aqui como se fosse uma empresa, não o é. A sua prioridade quando chegou a esta Junta, só ele sabe, que chegava a casa e não dormia porque não tinha dinheiro para pagar a estas magníficas colaboradoras. Qual é o Presidente que gosta de chegar a uma Junta de Freguesia e não ter dinheiro suficiente para pagar os ordenados? Gostava de saber, na opinião dos Srs. Membros da Assembleia, porque repara que vêm falar, com tantas acusações, mas quem gostaria de ser Presidente e chegar à Junta de Freguesia e não ter dinheiro para pagar o essencial. Foi feita uma Execução Orçamental ajustada ao dinheiro que tinham. Não tinham dinheiro sequer para pagar os ordenados e o que é que tinham de fazer? Cortar nas despesas e foi isso que fez. Mesmo assim, afirmou que ia ler algumas respostas que a Junta fez sem dinheiro. Reabriram os Sanitários da Rua Escura que estavam fechados, era um local onde existia consumo e tráfico de droga. Deixou de existir e ficou ao serviço da população. Articularam com os serviços municipais a limpeza do Fontanário da Rua de Mouzinho da Silveira, onde também existia tráfico, onde estavam consumidores. Criaram um Gabinete das Ocorrências, conseguiram abrir os principais Sanitários do Centro Histórico no mês de agosto. No mesmo mês, do ano passado, estiveram abertos até às 19.00 horas, inclusive aos fins-de-semana, era algo que gostava de tentar fazer este ano novamente. Mas como sabem, a lei da contratação pública, obriga a um concurso público para entrarem operacionais. Se existirem mil candidaturas, têm de fazer mil entrevistas técnicas e mil entrevistas psicológicas. Não podem fazer novecentas e noventa e nove. Aproveitou para chamar a atenção dos problemas inerentes à contratação pública. Abriram 2 novos ATL'S, com a nova designação CATL, baixaram os preços às famílias de 85,00€ para 65,00€. Ou seja, referem que mesmo com dificuldade financeira, conseguiram dar melhor resposta e mais baixa às famílias. Tiraram a restrição de inscrições, conseguiram dar resposta ao dobro das famílias. Têm neste momento, nos quatro ATL'S cerca de 100 crianças, ou seja, baixaram os preços e aumentaram a capacidade com os mesmos Recursos Humanos. Não são os mesmos que tinham, com os que têm conseguiram aumentar os serviços. Estão a dar uma resposta social a cem famílias. Têm estado na frente da luta na falta de elementos da polícia, na falta de segurança. Está a chegar o São João e olha à sua volta e sente que estão a sofrer complô. Alguém está a ver a Cidade do Porto às 4,30 horas da manhã, na noite de São João, saíram carradas de elementos da polícia, preparados para acabar com as festas de São João em toda a cidade. Ele próprio testemunhou pessoalmente, em Miragaia, na Cordoaria e em Massarelos. A PSP saiu para a rua na noite de São João e acabaram com a festa. O que acontece é que agora se os moradores chamaram a polícia porque está a decorrer uma festa às 3.00h da madrugada, em dia de semana, uma festa no jardim, não existem elementos suficientes. Custa-lhe compreender esta falta de polícia na cidade. Organizaram um passeio com 95 idosos a Vila Praia de Âncora. -----
Presidente da AF – Interveio para apelar ao poder de síntese ao Sr. Presidente da Junta, pois já ia em 9 minutos. -----

Presidente da Junta – Informou que estava a acabar, pois doutra forma não consegue responder a todas as perguntas. Se cada bancada partidária tem 10 minutos para lhe fazer perguntas e se ele só tiver 10 minutos, muitas das questões não serão respondidas. Se tiverem





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

a limitar o tempo do Presidente da Junta, para ele está tudo bem. -----

Presidente da AF – Afirmou que era justo, mas os partidos não gastaram 10 minutos. Não quer quebrar o raciocínio. -----

Presidente da Junta – Afirmou que estão a falar de 5 forças partidárias e a 10 minutos, são 50 minutos. -----

Presidente da AF – Informou que poderia continuar com a intervenção. -----

Presidente da Junta – Interveio para dizer que votar contra a Execução deste Orçamento é votar contra a União de Freguesias, é votar contra as pessoas, pelo excelente trabalho que se tem realizado. Enquadraram financeiramente a Junta de Freguesia, vê um sorriso na cara de todas as colaboradoras, não andam a temer pelo seu dinheiro ao final do mês, estão com saúde nas contas, vão trocar agora o parque informático todo para puderem trabalhar como deve ser e para além de todas as respostas sociais que estão a dar. Votar contra este documento é votar contra os fregueses e contra a freguesia. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. Esclareceu o Sr. Presidente da Junta que quando estava a apelar ao seu poder de síntese, não era para lhe cortar a palavra, era só para abreviar. De seguida deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (BE) – Afirmou que existem outras formas de apelar ao voto que não seja através do populismo, também pode explorar outras. Na intervenção anterior esqueceu-se de fazer uma nota de algo que tem aqui no documento, mas agora lembrou-se. Entende que era muito produtivo esclarecer a todos como é que criou, como diz na pág. 3, da introdução, pois conseguiu encontrar a solução perfeita para retirar o consumo de droga e anteriormente também diz que conseguiu retirar o consumo de droga na Rua Escura. Esta se fosse assim uma solução tão perfeita, acha que todos beneficiavam que partilhasse com todos, qual é que foi essa solução e a estratégia para retirar o consumo e o tráfico de droga destas zonas. Entende que era muito produtivo para todos perceberem. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Sr.^a Deputada e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Informou a Sr.^a Deputada que quando as coisas estão fechadas e por vezes abandonadas, são facilmente absorvidas pelos toxicodependentes, ou seja, eles precisam de um local que esteja abandonado, que ninguém passe e era o que acontecia naquele local. Aconteceu que se colocou aberto ao público, havendo movimento ninguém vai lá estar, eles não vão para lá. No Fontanário da Rua de Mouzinho da Silveira, foram colocadas lâmpadas fortes, com iluminação forte que eles não conseguiam permanecer no local. Aproveita para responder à Sr.^a Deputada Sandra Mondim, pois na intervenção não o fez. Quanto ao aumento de contas da ADSE, pois quando chegou à Junta, não tinha dinheiro para pagar ordenados. Então suspendeu o pagamento à ADSE. Entrou em acordo, pois tinha de pagar os ordenados. Informou que no 1º mês, entende que andaram a contar “tostões”. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Tiago Fonseca. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Esclareceu que em relação ao documento há que congratular a redação do mesmo. Está no caminho da melhoria contínua. Entende que desta forma e claramente, pode ser melhorado ainda mais. No entanto quis fazer uma observação, pois existe um conjunto de frases e reportando-se um pouco às frases proferidas pela Deputada Natacha, na questão de descobrir a solução para a droga. Há que explicar e explanar, não fazer apenas a afirmação de uma forma pouco fundamentada. Isto também se vê ao longo do documento, existe um conjunto de frases que são expressas, mas tem fundamentação por base. Apenas quis fazer aqui um reparo para uma questão que já alertou há algum tempo. Existe uma



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature and initials: "fda", "02 B1", and "Maf".

incoerência por parte do Sr. Presidente da Junta, pois umas vezes a Junta está mal, faz-se uso da mobilidade e, portanto, reduz-se a nível dos Recursos Humanos. Outras vezes, a Junta já está bem e por isso contrata-se, fazem-se contratações para prestações de serviços e contratações também de pessoal em sistemas de ajuste. Tem de existir uma coerência, uma linha orientadora. Não é fazer uso da situação para explicar ou fazer qualquer tipo de justificação nesse sentido. Está mal, mandaram pessoas em mobilidade e fazerem contratações. É apenas um reparo. Relativamente ao documento, pensa que também não está no estado totalmente completo, pois foi isso que sentiu. Centrou-se muito no Pelouro da Coesão Social, Educação, na parte de Ocorrências, sem dúvida porque também já foi aqui alertado pelo Alexandre. Efetivamente nem todas as pessoas têm acesso às redes sociais e tem de ser pensada uma solução em que efetivamente se consiga massivamente chegar às pessoas. Aproveita para recordar que muito recentemente, isto não tem haver com o documento em si, mas tiveram aqui o fenómeno das cheias e ainda não tiveram um único pedido na Gabinete das Ocorrências. Relativamente aqui a alguns detalhes e dúvidas que lhe suscitaram, na pág. de atendimentos, visitas domiciliárias existe uma discrepância do n.º de atendimentos no 1º trimestre e nos restantes. Na sua perspectiva o n.º que deveria ser mais ou menos constante está na pág. 9. Relativamente à questão do n.º de pedidos de encaminhamento para a necessidade de habitação, à Segurança Social, ao município, não existe aqui qualquer tipo de informação. Na contingência que estão a viver atualmente esperava ver aqui, não desejava, era ver números bastante superiores. Quanto ao n.º de pedidos de ajuda relativas à habitação foram só 139 o n.º de atendimentos para pessoas que necessitam de habitação na nossa freguesia? Parece-lhe manifestamente baixo. Quanto ao n.º de candidaturas submetidas, pensa que já foi aqui abordado, não vai escapelar mais, mas o que é que significa estas candidaturas em análise, a tempo de serem aprovadas, não estão. Na pág. 13, relativamente a um processo judicial, que processo judicial foi esse, qual foi o resultado, se é que já existe resultado sobre o mesmo. Na parte mais financeira, surgiram-lhe apenas duas questões que centraram mais a sua atenção, na pág. 61. Entende que deveria estar aqui incluída, nesta rubrica, a componente da Segurança Social da contratação da Assistente do Presidente e pensa que não está aqui refletido. É apenas para clarificar. Na pág. 64, desse mesmo documento, a dado momento é feito uma referência nos ajustes diretos e um valor de 21.937,90€. Tem ideia de que este valor é superior. Tem igualmente ideia de que não foram só no ano de 2022 efetuados 5 ajustes diretos. Será também que os ajustes diretos simplificados estão englobados nesta rubrica? É apenas uma questão. -----

14

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que não estranha muito, já ter vindo aqui responder a tudo o que perguntou e que o Sr. Deputado não tenha prestado atenção. Da mesma forma que fala da sua incoerência, quanto às contas da Junta, quando o Sr. esteve no Executivo, grande parte do ano. Pegaram nas contas da Junta com dificuldades, mas tiraram-na dessas dificuldades e conseguiram, sim, se fosse preciso neste momento contratar, estariam capazes de o fazer. Têm é de contar com o futuro e a mobilidade não dura sempre e as pessoas hão-de regressar. Parece que o Sr. Deputado anda um pouco distraído. No Executivo parece que não sabe dos ajustes diretos que se fizeram, parece que não sabe das ocorrências, parece que não sabe que já respondeu aqui a “Chave dos Afetos”. O Sr. Deputado estava um pouco distraído, tanto na Assembleia, como quando esteve no Executivo. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Tiago Fonseca. -----



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**

Tiago Fonseca (PSD) – Afirmou que não anda distraído. Pelo facto de ter estado também no Executivo, por isso mesmo é que tem informação muito mais completa sobre o que realmente se passou e como tal agradece que faça também um reparo relativamente a esta situação. Desatento foi algo que nunca esteve. As Atas respondem por ele e se as Atas não estão todas cá fora, não é por culpa dele. Relativamente a esse aspeto, está de consciência tranquila. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Miguel Semedo. -----

Miguel Semedo (BE) – Quer só fazer um à parte em relação ao tempo, questão levantada pelo Sr. Presidente do Executivo. Em primeiro, o Regimento, tem de se cumprir. O facto de o Sr. Presidente da Junta lamentar que só tem 10 ou 20 minutos neste ponto, enquanto cada uma das outras forças tem 10 minutos, não sabe se isso é injusto porque na verdade, teoricamente, também tem forças na Assembleia de Freguesia que o apoiam e somando à intervenção do Sr. Presidente, a intervenção das forças ou da força que o apoia, tem aí bastante tempo. Injustiça ou justiça, é o Regimento democraticamente escolhido. Relativamente à melhor saúde financeira que o anterior Executivo, não é propriamente um feito colossal. Sabiam da vergonha financeira do anterior Executivo. Difícil seria ao contrário, ter uma pior crise financeira do que o anterior Executivo. Também não embandeiraram em arco por ter melhor saúde de financeira que o anterior Executivo. O B.E., a par do Partido Socialista também lamenta o atraso na distribuição e discussão dos documentos e na falta de cumprimento de prazos combinados em reunião com o Sr. Presidente. Também não respondeu a algumas coisas que ele colocou na primeira intervenção. Não respondeu à baixa Execução Orçamental em termos de transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos, abaixo de 1% do orçamentado. Não respondeu ao menor gesto com os Recursos Humanos com mobilidade. É uma não resposta. Estão em mobilidade porquê? Foi isso que perguntaram, porque é que estão em Mobilidade? Qual foi a decisão de gestão, qual a política para colocar esses funcionários. Também a questão de não ser elegível para fundos comunitários, também é bastante questionável porque não está claro para que fundos comunitários, não é legível e o Relatório não diz que é só pela questão da ilegibilidade. Diz também que algum desses fundos não eram atrativos para a Junta. Novamente não explicam porque não eram atrativos para a Junta. É só para esclarecer isto. Relativamente às duas frases de introdução do documento são lamentáveis, relativamente ao consumo de estupefacientes, ao consumo de droga. As frases são as seguintes e passou a citar: “Tiramos o tráfico e o consumo de estupefacientes dos sanitários e abrimos o equipamento à população”, fim de citação. Afirmou que até concordava que abrir os espaços à população é importante para mudar os usos dos espaços. A segunda frase é a seguinte e passou novamente a citar: “Encontramos a solução perfeita para retirar o consumo de droga do Fontanário da Rua Mouzinho da Silveira”, fim de citação. Pelos vistos era colocar iluminação. A questão é que o relatório fala neste assunto como se estivessem a enxotar moscas. Não o é. O problema do consumo de droga e o problema do consumo de estupefacientes é um problema de saúde pública. Esses cidadãos que estão a consumir são também cidadãos desta Freguesia. Não são algo que não queremos ver, é alguém que tem problemas, que tem de ser resolvido também pelas autoridades de saúde. Para além de inconsequente, estas frases não levam a lado nenhum, são imponderadas e não cabem num documento oficial, num organismo do Poder Local. Cabem nos panfletos do Rui Moreira e panfletos do Rui Rio, pois era assim que se falava. Afirmou que era lamentável uma introdução num Relatório de Atividades na União de Freguesias. Este não é o espaço para discutir o problema do consumo na cidade, mas a verdade é que estas frases não têm fundamento e perfaz-se perguntar quando se diz: “Tirou-se o consumo”, mas tirou-se para onde? É a solução



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

perfeita, mas para quem? Para a nossa vista? E para os consumidores? E para aquelas pessoas? É isso que se tem de perguntar. Têm de ir a fundo quando se faz este tipo de afirmações. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para dizer que realmente é um tema que lhes daria aqui muitas horas. Mas entende que estão a discutir outra coisa. Quando afirmou que tirou o tráfico e os consumidores do espaço público. Entende que os consumidores não deveriam estar a injetarem-se no espaço público. Mas isso se calhar é ele próprio que acha. Se calhar o Sr. Deputado terá outra opinião. Entende que deveriam ver as coisas como elas são. Quanto à mobilidade quer dizer o seguinte: Esta União de Freguesias foi uma União de Freguesias que não é maior do que as outras. Paranhos tem mais moradores do que esta União de Freguesias e só tem uma sede. Ramalde tem mais moradores do que esta nossa União de Freguesias e só tem uma sede. A nossa foi uma união de seis edifícios, seis contas de luz, de água, de internet, seis equipas de trabalho, tudo foi unido. Ficaram com Recursos Humanos comparados com as outras Juntas de Freguesia, é muito elevado. Entende que têm de começar a ver é que a proximidade não é feita por edifícios, nem pelas pessoas. O dinheiro que poupariam nisto tudo, poderiam estar mais próximos das Instituições de quem o Sr. Deputado diz que ele não fez transferências nenhuma. É normal pois se tinha a reocupação de pagar os ordenados, não poderia correr o risco de transferir dinheiro para apoiar Instituições porque se lhe faltasse 500,00€ para pagar ordenados a todos, não poderia pagar a ninguém. Não poderia pagar os ordenados a algumas funcionárias e a outras não, esse era o problema. -----

16

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que só queria deixar registado quem o Sr. Presidente da Junta não respondeu a uma única questão que ele próprio lhe colocou, nomeadamente na diferença existente entre aquilo que a Câmara diz ter transferido e aquilo que a Junta diz que recebeu. –

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado Vítor Vieira e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que os Contratos Interadministrativo que vêm aqui a esta Assembleia para serem votados, das transferências da CMP, houve um aumento, o ano passado, de cerca de 5%, que tem haver com a população por área geográfica. Afirmou que na reunião de líderes que ocorreu na Junta informou que qualquer dúvida que tivesse, para fazer chegar. Informou que fez chegar a documentação com tempo. Afirmou que esclareceu bem. Na reunião de líderes foi combinado quando os Srs. Recebessem a documentação, se tivessem qualquer dúvida técnica, para lhes fazer chegar que era respondido. A dúvida que aqui apresentou é que as rendas da Câmara não caem na mesma rubrica das transferências da CMP, mas elas vão para outra rubrica. -----

Mário Praça (1º Secretário Assembleia) – Afirmou que solicitou ao Executivo a possibilidade de o contabilista, se fosse essa a intenção, se disponibilizasse para poder esclarecer alguma informação. Isto não implica que a discussão política não possa ser feita na Assembleia. Referiu que se houvesse algumas dúvidas técnicas, elas poderiam ser esclarecidas pelo contabilista. ---

Presidente da AF – De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Esclareceu que as rendas estavam na rubrica 03.07.03.99. Foi por sugestão que se colocaram as rendas em Receitas de Capital, pois foi por sugestão dos Srs. Deputados que se criou esta rubrica. -----

Presidente da AF – Interveio para perguntar ao Sr. Presidente da Junta se preferia a



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

intervenção do contabilista, tendo o próprio afirmado positivamente. Relembrou que foi dito na conferência que foi realizada que se deu essa possibilidade. No caso de haver dúvidas de carácter técnico ou outras que as fizessem chegar à Mesa e que estas, seriam encaminhadas para o contabilista e se agendaria uma reunião de esclarecimento. De seguida deu a palavra ao contabilista. -----

Dr. António Gomes (TOC) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que foi feito na última Assembleia uma solicitação de correção das rendas como Rendimento de Capital. Já teve origem no Património da União de Freguesias e não uma exploração. Existe algo que não é preciso esquecer, pois estão a falar do ano de 2022, é um ano concluído, qualquer correção implicaria também alterações ao Orçamento anterior porque tinham de corrigir rubricas. Nesta situação o que se fez foi transferir o valor das rendas que estava em transferência de município para Rendimentos de Capital. O valor está na mesma nas transferências do município. Não existe nenhuma alteração a esse nível. Qualquer dúvida que tenham, mesmo após a Assembleia, coloquem ao Presidente da Mesa e ele próprio responderá com todo o gosto. É lógico, como foi aqui sugerido, há sempre a possibilidade de melhorar, é verdade. Mas este trabalho que foi feito para trás, não existe a hipótese de todo ser corrigido. Entende que tem de haver essa sensibilidade que não se pode mexer em elementos já contabilizados, já apresentados à Assembleia. Solicitou para terem isso em atenção. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do contabilista. Informou que o PSD solicitou à Mesa, a interrupção dos Trabalhos da Assembleia por cinco minutos, o qual foi aceite. -----

Após o reinício dos Trabalhos procedeu-se à votação do Ponto nº 3 da O.T. “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2022”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 6, do Aqui há Porto-RM. Abstenções: 9, sendo 4 do PS, 4 do PSD e 1 do PAN. Votos Contra: 4, sendo 2 da CDU e 2 do B.E. Este Ponto foi aprovado. -----

Apresentaram Declarações de Voto que serão enviadas por email, as seguintes bancadas partidárias: CDU, PSD, BE e PAN. De seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. **Vítor Vieira (CDU)** – Afirmou que é para fazer uma Declaração de Voto e deixar aqui mais uma vez esclarecido que não quer “estragar aqui coisas bonitas”, como já foi dito. Da última vez que “estragou uma coisa bonita”, na verdade a razão estava do seu lado. Vamos lá ver se desta vez a razão também não estará do seu lado. De seguida passou a ler a Declaração de Voto sobre o Relatório de Atividades e Relatório de Gestão de 2022, a qual fica anexa a esta Ata com o n.º 2.

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Tiago Fonseca. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Interveio para fazer uma Declaração de Voto, a qual fica anexa à ata com o n.º 3, relativamente à abstenção neste ponto, envolvem alguns aspetos que mereciam aqui uma clarificação e só por esse motivo é que o PSD se absteve. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Por sugestão do 1º Secretário da Mesa, deve-se dizer qualquer coisa, nem que depois se envie por email a Declaração de Voto. -

Mário Praça (1º Secretário da Mesa) – O que se passa na Assembleia deve ficar registado, a intenção da Declaração de Voto e pode ser demorada. Se enviam uma Declaração de Voto e não fica registada nem gravada nas Assembleias, quem vier a ouvir uma Assembleia em determinada altura, não sabe qual o conteúdo da mesma. Sejam duas ou três palavras, entende que devem ser ditas. É a sua opinião pessoal. -----

Presidente da AF – De seguida deu a palavra à Deputada Sandra Mondim. -----

Sandra Mondim (PS) – Afirmou que o PS se absteve nesta votação por considerar que não está esclarecido quanto às várias questões levantadas, não conseguindo sequer aproveitar as



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

questões das outras forças partidárias, porque também não foram respondidas devidamente. Este é o motivo pelo qual não pode votar a favor desta aprovação de contas. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Deputado Miguel Semedo. -----

Miguel Semedo (BE) – afirmou que vão entregar uma Declaração de Voto, (anexa a ata com o n.º 4), via email, a posteriori, mas para justificar o voto contra, baseado principalmente em quatro pontos. Na ausência de inclusão de propostas do B.E. anteriormente aprovadas nesta Assembleia de Freguesia. Muito baixa Execução Orçamental em áreas que entendem como prioritárias, como Social e Educação, opções de despesa às quais sempre nos opusemos e não justificadas de forma clara no relatório, e sistematicamente a falta de distribuição atempada dos documentos necessários a uma discussão plena deste Relatório. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – afirmou que o PAN absteve-se nesta votação em grande parte pelo desfasamento daquilo que foi as Opções do Plano e Orçamento que foi apresentado no início de 2022 e as contas que agora aqui lhes são apresentadas, pois existe claramente um desfasamento de objetivos e estratégias face àquilo que foi executado e ainda também pela clara ausência das áreas que lhes são mais caras como o Ambiente, o Bem-Estar Animal e a Habitação, especificamente nesta junta que continua a ser um flagelo. No entanto, a abstenção deve-se também a reconhecerem que tem havido um esforço de complementar informação e esperam que esse esforço se reveja de uma forma mais profunda nos próximos anos, declaração de voto anexa à ata com o n.º 5. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Agradeceu a todos pelo facto de o documento ter sido aprovado, pois é sinal de que estão no bom caminho. Uma vez que esta coligação do Aqui há Porto com o PSD que está no Executivo, admira-se com a abstenção. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. Terminou este ponto e de

imediato passam para o Ponto nº 4 da O.T. “Apreciação e discussão da criação “Marca Porto Histórico” e deu a palavra à Deputada Teresa Martins. -----

Teresa Martins (BE) – afirmou que lamentavelmente não tenham sido ainda, por parte do Executivo, enviados documentos para a Assembleia, em relação a este Ponto para a constituição da Marca “Porto Histórico”. Consegue antecipar a resposta do Sr. Presidente, porque já a deu noutras ocasiões, tanto nesta assembleia, como noutros fora dela: o Sr. Presidente tem remetido toda esta questão para o Protocolo com a Escola Profitecla. Assim sendo, se a resposta à questão está no Protocolo com a Profitecla, porque é que não enviou esse documento para a Assembleia, se isso resolvia o problema? Entendem que não enviou por uma razão simples que é provavelmente outras pessoas foram ler o Protocolo e ele não é sobre a criação da Marca “Porto Histórico”, mas sim sobre a gestão de redes sociais e sites da União de Freguesias que está no Protocolo, por estudantes de uma Escola Profissional. O que querem dizer é a perplexidade em relação a este assunto aumenta à medida que a tentam perceber melhor. Talvez mais ninguém veja problemas neste facto, mas para eles parece-lhes fortemente preocupante que as redes sociais e os canais digitais de comunicação de uma União de Freguesias, os seus conteúdos estejam protocolados e sejam feitos por estudantes de uma Escola Profissional. Isto não invalida o Protocolo e a sua utilidade, não é isso que está em causa, pois pode na mesma existir Protocolos com a Escola. Agora entende que fica tudo por

18



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials: "ORB1" and "Hark".

dizer. Em relação à marca, em nenhum momento se explica porque é que é criada a marca, para quê? Qual é o intuito? O Protocolo é sobre as redes sociais e o site. Já sabe que o Sr. Presidente lhes vai falar do Protocolo, só está a antecipar que não é isso e era importante a Assembleia ter tido uma palavra a dizer, pensa, não por obrigação, mas por uma questão de transparência em relação à ideia de criar uma marca chamada "Porto Histórico". -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – Afirmou que já em Assembleias passadas este tema veio a debate como aliás naturalmente se previa desde a apresentação desta marca no ano passado, na apresentação que estiveram presentes e de onde saíram sem perceberem o efetivo do fundamento da mesma. Como já tiveram a oportunidade de assinalar, sempre que abordam este tema acreditam que este processo apresenta sérios problemas, desde a sua génese, à forma como está a ser implementado. Não entendem a necessidade de criar mais uma marca quando a cidade já criou a marca Porto. Que pretendia unificar a comunicação. Não encontraram nem lhes foi facultado nenhum plano ou estratégia associada a esta marca que lhes possa esclarecer qual é a visão a médio prazo, na mesma. Ainda o facto de esta marca ter como único suporte a existência de uma plataforma criada, construída e movimentada por alunos da Profitecla. A iniciativa parece-lhes ótima na ótica da experiência profissional para os alunos, mas deixa em aberto essas questões de manutenção a longo prazo da plataforma e mais do que isso, quem é a responsabilidade da curadoria do conteúdo. É a Junta que assume a responsabilidade pelo conteúdo divulgado? Qual o critério editorial desta plataforma. Se o intuito é de divulgar o conteúdo de relevo para a freguesia porque não fazê-lo no Website da Junta que pode ser desta forma dinamizado. Haverá mesmo necessidade de criar uma marca e uma para plataforma específica para divulgar alguns vídeos. Por fim, teriam questões muito mais aprofundadas caso tivessem alguma documentação que até hoje não lhes foi facultada, mas fica aqui pelo menos o exercício de reflexão possível. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra à Deputada Sandra Mondim. -----

Sandra Mondim (PS) – Afirmou que tem apenas duas questões para o Sr. Presidente da Junta. Se pretende criar a marca Porto Histórico ou Porto Histórico como marca, pois não conseguem perceber muito bem qual é a verdadeira intenção. A segunda questão é a seguinte: Se houver a desagregação das seis Freguesias, a qual fica atribuída marca Porto Histórico? Sem um documento, isto é difícil de perceber o âmbito da aplicação desta plataforma ou desta marca. -

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Deputado Tiago Fonseca. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Afirmou que em relação a este Ponto apenas quer dizer que na altura, o PSD não votou favoravelmente, porque na altura quando pertencia ao Executivo, manifestamente foi surpreendido pela criação da marca Porto Histórico. Relativamente à Assembleia também reconhece que todos os Deputados aqui presentes foram surpreendidos, tal como eles no Executivo. Dessa forma, como não foram tidos em consideração em nenhum momento, para a criação desta respetiva marca, nem tiveram qualquer ocasião de opinar sobre a mesma, sem efetivamente conhecer os princípios e a génese da criação da mesma, reconhecidamente, algo aqui não foi transparente e não foi explicado devidamente. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que era só para registar mais uma originalidade desta Assembleia: esperaram até ao último momento que lhes fosse apresentado um documento



qualquer, mas surpreendentemente não chegou nenhum documento. Entretanto o Ponto é aberto, o Sr. Presidente da Junta não apresenta nada, ninguém apresenta nada, e a CDU não está disponível para discutir um “nada”. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputada e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que vai começar pelo fim. Não foi ele que apresentou o Ponto à Assembleia. Quanto ao Sr. Deputado Tiago Fonseca que afirmou que foi surpreendido, mas o Executivo desenvolveu muito boas atividades nesta Junta e o PSD votou contra aquilo que ele chama uma grande atividade, mas isso é um critério e vivemos em Democracia. Os Srs. são livres de votar contra aquilo que é bom. Passou a explicar um bocadinho o que é o Porto Histórico. Dirigiu-se ao Sr. Deputado para lhe informar que os alunos da Profitecla não gerem redes sociais da Junta, está enganado. A Profitecla gere as redes sociais do Porto Histórico. A criação da Marca Porto Histórico porquê? Porque como sabem eles vão produzir conteúdos, vão colocar uma plataforma e se alguém amanhã viesse dizer o seguinte: “Olhe nós temos esta marca, os Srs. por favor, retirem tudo daí”. Então registam a marca Porto Histórico. A quem vai parar a marca Porto Histórico? Quando existir a desagregação é como um divórcio. É para quem vier para este edifício, terá de ocorrer uma divisão. Os Srs. vêm perguntar a esta Assembleia se algum dos Srs. se deu ao trabalho de ver o que é o Porto Histórico, de ver os vídeos e as reportagens feitas pelo Porto Histórico? É uma plataforma de proximidade. Entende que as pessoas que estão em casa, os nossos fregueses que muitas das vezes não conseguem sair, que gostariam, de ver o que é o Mercado do Bolhão, o que é o Dia da Marinha e que gostariam de ver algumas coisas. Como é do conhecimento dos Srs. Deputados, para algumas pessoas, 100,00€ nos dias de hoje, já se movimentam bem nas redes sociais e conseguem ver o trabalho que se está a fazer, conseguem ver a Torre dos Clérigos. Ele não aparece lá com uma bandeira a dizer que esta plataforma é para ele próprio se autopromover, não é nada disso. Se os Srs. forem ver o excelente trabalho desenvolvido pelos alunos da Profitecla, é um trabalho de proximidade. Foi com esse intuito que a Junta criou esta parceria, este Protocolo com a Profitecla. Foi desenvolvido o trabalho dos alunos, enquanto foi levado o Porto Histórico a casa das pessoas. A criação da marca era só pelo motivo de a Junta ter de garantir que amanhã, não fossem dizer “tire isso daí que o Porto Histórico é nosso”. Pagaram 300,00€ pela marca para garantir que a plataforma estaria assegurada. Só isso. O trabalho, a proximidade que se leva a casa das pessoas e que o PSD votou contra porque não consegue acompanhar as boas atividades que se faz. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Alexandre Pinto. -----

Alexandre Pinto (Aqui há Porto-RM) – Afirmou que fazia Mea Culpa porque ele próprio também não tinha visto e só agora é que estava a ver os vídeos. Realmente a marca Porto Histórico está entre aspas e criava a dúvida, mas é só Porto Histórico. Perguntou ao Sr. Presidente quem é que dentro do Executivo valida os conteúdos e se existia alguém. -----

Presidente AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que todos os conteúdos são enviados por ele e autoriza a colocação. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra à Deputada Teresa Martins. -----

Teresa Martins (BE) – Afirmou ao Sr. Presidente da Junta lamenta que ainda nesta altura os subestime. É óbvio que foi ver a plataforma e os vídeos. Não se pronuncia sobre o trabalho



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials: "afab", "ORBI", and "Hof".

que fazem os alunos da escola, a questão não é essa. Já afirmou que os Protocolos têm o seu lugar, sentido e podem ter pertinência. O logotipo utilizado é o logotipo desta União de Freguesias. Lamenta, mas não é só o domínio que comprou com os 300,00€. É a imagem da Freguesia que está no logotipo, é só abrir e ver. Talvez seja o B.E. que esteja a complicar, mas entende que isto não é normal. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – Interveio para dizer que antes de ir ao Ponto para falar sobre este tema, quis dar uma sugestão ao Sr. Presidente e que tal como eles, cumpra o Regimento e solicite a palavra à Mesa para intervir, porque às vezes é um pouco de mau tom, levantar-se e sem pedir à Mesa para tomar a palavra. Entende que está previsto no Regimento, embora seja uma sugestão, é uma questão de cumprir o trabalho para com a Mesa da Assembleia. Relativamente ao que o Sr. Presidente falou, tem uma incorreção porque efetivamente no Protocolo não existe nenhum sítio que diga que esta gestão que a Profitecla vai fazer é sobre a plataforma marca ou como lhe queiram chamar Porto Histórico. Diz sim, na sua cláusula 2ª, no ponto 2, da alínea b), o seguinte e passou a citar: “gerir os sites da União de Freguesias com referência em inserção quando requerida, notícias de eventos na União de Freguesias, notícias institucionais, colocação de Editais, publicação de concursos, etc.”, fim de citação. Na alínea c) e passou a citar: “gerir diariamente e dinamizar a página do Facebook da União de Freguesias, colocando notícias, divulgando iniciativas, respondendo a questões que sejam colocadas”, fim de citação. Não sabe se entende a gravidade que isto representa porque está a atribuir a estudantes da Profitecla a possibilidade não só de colocar editais, que já agora alerta que o Website da Junta de Freguesia tem Editais em atraso e não estão atualizados, se calhar os alunos da referida escola esqueceram-se, mas aqui também com o poder interventivo de poder responder a questões quem sejam colocadas pelos fregueses na página do Facebook da União de Freguesias. Está a ler o que está escrito no Protocolo e aquilo que foi assinado pelo Sr. Presidente e pela pessoa responsável do Protocolo, por parte da Profitecla. Entende que é de repensar muito bem a afirmação porque não é isso que está plasmado pelo Protocolo que foi assinado pelo Sr. Presidente. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para agradecer à Deputada Natacha a sua chamada de atenção para ter mais cuidado. O Protocolo diz que realmente poderiam fazer isso. O que não diz é que são obrigados a fazer, ou seja, não lhes foi passada essa competência. Eles podem fazer, poderiam fazer, mas não lhes foi passada essa competência. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. Afirmou que o Ponto foi devidamente escarpelizado. De seguida entrou-se no Ponto nº 5 da O.T. “Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da União de Freguesia”. De imediato perguntou ao Sr. Presidente da Junta se pretendia intervir, tendo o próprio declinado o convite e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que o Inventário é apenas apreciado. Não têm aqui o Inventário, têm aqui uma listagem de abates e de aquisições. Essas aquisições trazem à CDU algumas dúvidas, pois é um bocado estranho, pois nunca tinha visto meter a aplicação de telhas, cumes, pladur, pintura e a reabilitação de uma claraboia, como parte de um Inventário. O Inventário deve incluir o edifício, agora o pladur é novidade. Existe também a questão de aparecer com data de 5 de julho de 2022. O projeto de reabilitação do Mercado de São Sebastião, com um valor de aquisição de 1.230,000,00, que não corresponde minimamente





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

aos valores que foram referidos ao longo dos tempos sobre quanto é que teria custado o projeto de reabilitação que foi até descontado no valor que se tinha de devolver à CMP. Por outro lado, uma parte dos abates, têm aqui algumas coisas interessantes, como o conjunto de pens e o disco rígido de 500 Gb que aparecem com um determinado valor patrimonial atual que resulta da apreciação com a passagem do tempo, pensa, mas depois no valor do abate, esse valor não é tido em conta. É por isso que depois no final que o valor patrimonial das peças abatidas é de 433.073,00€, mas o valor do abate é de 94,89€. Confessam que não é especialista em inventários, mas parece que algo está errado neste. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – afirmou que muito na linha que o Deputado Vítor já tinha sublinhado, começou por dizer que pode ser um lapso seu mas ela não recebeu o Inventário inicial, têm um inventário de aquisições e de abates ao longo do ano de 2022, mas crê que desde o início do mandato, não lhes foi enviado o Inventário inicial para terem o ponto de partida. Também não é perita em Inventário, mas parece-lhe estranho e gostaria de ver esclarecido, pelo quem, se aguarda aqui, quando se contextualiza, como é que efeito o Inventário, quais são os termos por mais que se fale em ativo nos fixos tangíveis. Não compreende porque é que está aqui um projeto e a Biblioteca das Coisas. Conclusão: em que é que isto se materializa. Se foi ou não adquirido material, se é um fixo tangível se não é. Por fim, na questão do abate para a sucata. Também na linha que o Deputado Vítor falou, sobre qual o valor de abate, se isso ainda tem o valor patrimonial associado. Também gostava de ver esclarecida estas questões. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Deputado Alexandre Pinto. -----

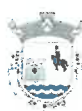
Alexandre Pinto (Aqui há Porto-RM) – afirmou que percebe um pouco mais de Inventários, mas entende que na sequência daquilo que foi feito no Relatório e Contas, solicitava que na próxima vez, fizessem, provavelmente, uma informação prévia por forma a não existirem tantas dúvidas, junto dos colegas, porque é natural que só com isto não consigam perceber. É evidente que isso é um ativo fixo tangível. Se não é e se o abate teve resultados ou não. Falta aquela parte que se calhar foi demasiado extensiva no Relatório e Contas que poderia estar aqui, pelo menos uma primeira vez para perceberem. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para explicar que este Inventário já vem com uma longa história. Estes casos de pladur, isto não faz sentido, tem toda a razão. Tem de ser corrigido e para eliminar qualquer item tem de se dar uma justificação. Um abate, alguns deles que já foram para abate, já nem em funções da Junta estavam. Isto é um documento que tem de se ir corrigindo, pois foi o que herdou. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. De seguida informou que deu por concluída a discussão deste Ponto nº 5 da O.T. De seguida entrou-se no Ponto nº 6 da O.T. “Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de janeiro a 31 de março”. De imediato perguntou ao Sr. Presidente da Junta se pretendia intervir, tendo o próprio declinado o convite. De seguida deu a palavra à Deputada Teresa Martins. -----

Teresa Martins (BE) – afirmou que normalmente quando vêm falar sobre os Relatórios Trimestrais, o Sr. Presidente da Junta diz que o B.E. começa sempre por elogiar e depois acabam sempre a criticar. Desta vez afirmou que ia fazer ao contrário, vai criticar primeiro e



deixa os elogios para o final. Lamentam que todas as vezes que vêm os Relatórios Trimestrais, vêm sempre cá fazer sugestões de melhoria e colocar algumas questões, com o intuito de contribuir para a melhoria destes documentos, mas na generalidade das vezes, as coisas continuam na mesma. Portanto, boa parte das coisas que têm referido anteriormente, continuam exatamente iguais, ou seja, as propostas que fazem aqui, e reforça, que são quase sempre propostas de melhoria, não têm nenhuma consequência. Neste sentido, o que sugere é que em relação às sugestões de melhoria destes Relatórios, seja relida a Ata nº 14, do dia 06/01/2023. Nessa Ata já lá estão muitas coisas que poderiam voltar a repetir agora, como o que disseram em relação à famosa listagem de reuniões: “continua a ser uma vasta descrição da agenda sem informação que lhe dê sentido de oportunidade e/ou conclusões também dessas mesmas reuniões”, fim de citação. Desse ponto de vista aqui um ou outro exemplo concreto, como por exemplo, no dia 12 de janeiro, na pág., 3, houve uma reunião com o proprietário do prédio do Largo Tito Fontes, devido às infiltrações causadas pelo nosso edifício. A questão do BE parece-lhes legítima e quer saber como é que está esta questão. Mantem-se a situação? O que é que foi negociado com o proprietário do lado? Questionou porque é que isso aparece no documento, se depois não existe nenhuma informação adicional sobre as suas consequências. Aproveitam para perguntar como está, em geral, o tema do edifício do Largo Tito Fontes e se se mantém a intenção de transformar aquele prédio em habitação acessível. Ouviram falar disso há uns tempos, mas nunca mais se ouviu falar nesse assunto. Também é referida no Relatório uma reunião com um proprietário de um Bar junto dos Sanitários de Augusto Rosa, sobre a possibilidade de abertura dos Sanitários, havia essa possibilidade, mas falou-nos, hoje, da dificuldade de contratação e seria bom perceber essas diligências, se têm ou não tido alguma consequência. Pergunta também sobre a reunião realizada na Associação de Pais de Miragaia sobre a reabertura de um ATL, se essa possibilidade está a avançar ou não, lendo do relatório que no dia 18, houve uma reunião com representantes de uma Associação de Pais de Miragaia, sobre a cedência de espaço para abertura de um ATL, onde foi sugerido o contacto com a Casa Madalena de Canossa e sabem que a resposta foi positiva. Pergunta se vão abrir um ATL. Quanto ao Mercado São Sebastião, na pág. 5 diz que houve uma visita ao Mercado São Sebastião no dia 20 com o objetivo de perceber como estava a situação. O BE gostava de perceber, se eventualmente o Sr. Presidente da Junta tem alguma informação sobre este assunto a transmitir a esta Assembleia. Não vai continuar com os exemplos, porque eles seriam muitos. Sobre a questão das Ocorrências, também já têm feito algumas referências sobre esta questão e continuam a achar que esta iniciativa foi uma iniciativa interessante e fazem uma sugestão: não estão a tirar nenhum mérito às Ocorrências, mas já existe uma plataforma a nível nacional que se chama “A minha rua” e cumpre mais ou menos este efeito. Se eventualmente a Junta se puder associar para além do próprio canal de comunicação de Ocorrências, entende que seria uma vantagem. Tem a certeza que é mais direto e de proximidade o canal criado por esta UF, não é para substituir, mas talvez também estar nessa Plataforma, para as pessoas poderem chegar por outras vias, como falaram há pouco. É uma sugestão. Relativamente às coisas positivas: ainda bem que a União de Freguesias está atenta e preocupada com as pessoas mais idosas do território e com os desafios que elas enfrentam, nomeadamente, a questão do isolamento social que é referido na pág. 20. Reforça que é um gravíssimo problema deste território e se calhar de todo o país. Espera que agora também tomem medidas consequentes e coerentes com o problema identificado com a preocupação identificada, para que as pessoas, de facto, possam reconhecer a União de Freguesias como um espaço de apoio e referência. É capaz de ser uma das principais atribuições das Freguesias este trabalho de proximidade, mas para isso é preciso que as pessoas tenham de facto



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

respostas concretas e que lhes sejam úteis quando se dirigem à Junta, é preciso que as pessoas tenham alguma resposta quando cá vêm, senão, desistem. As pessoas precisam de informação, de muita informação, nomeadamente sobre os seus direitos, pois a falta de informação é a principal barreira para tudo e mais alguma coisa. Última nota positiva para a integração da informação sobre a atividade de algumas entidades com as quais a União de Freguesias tem parcerias e cedências de espaço. Ao contrário daquilo que possam estar a achar, são muito a favor das parcerias e daquilo que são os seus potenciais contributos nomeadamente pela rentabilização de recursos. Mas entendem que isso tem de ser feito com pés e cabeça e que tem depois de ser dada informação sobre as consequências dessas parcerias, que têm de ser integradas e claramente explicitadas naquilo que é o trabalho da União de Freguesias. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – Interveio para dizer que já lhes custa um pouco comentar estes documentos que para eles, na sua grande maioria, continuam a ser uma agenda corrida da diária do Presidente da Junta. Mais uma vez voltam a apelar para a qualidade de informação que lhes é transmitida para fazerem a devida análise e escrutínio à atividade do Executivo. Afirmou que a Deputada Teresa já referiu vários exemplos, mas acrescentou mais um., que é o exemplo do dia 10 de janeiro, em que foi feita uma visita ao Viaduto Domingos Sequeira, a propósito dos Sem-Abrigo. Afirmou Sem-Abrigo porque é assim que está escrito no documento. Numa oportunidade anterior, já teve o cuidado de solicitar ao Sr. Presidente para escrever “Pessoas em situação de Sem-Abrigo”, porque entende que não é somente por não terem um teto que os define enquanto pessoas, mas para a qual não têm nenhuma informação de qual foi o resultado desta visita. Se conseguiram solucionar este tema ou o que é que aconteceu àquelas pessoas. Se foi feita alguma intervenção social, se foram realocadas, não sabem e gostariam muito de saber. A contar os inúmeros exemplos que também já aqui foram dados é mesmo nesse sentido que gostariam que esta informação fosse dada trimestralmente de uma forma qualitativa mais do que quantitativa. Não necessitam de saber todas as micro nano reuniões que o Sr. Presidente tenha, algumas delas são dispensáveis, mas precisam de saber quais os resultados da atividade do Sr. Presidente, os resultados que tenham impacto para a Freguesia e para os fregueses. Agradeceu o favor de lhes poder facultar nos próximos trimestres a informação mais detalhada sobre os resultados da atividade e entende que têm todos a ganhar com isso. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra para intervir ao Deputado João Gonçalves. -----

João Gonçalves (CDU) – Afirmou que não vai repetir aquilo que já tiveram a oportunidade de repetir várias vezes em relação ao esquema desta informação. A primeira que salta à vista é o que é que acontece no período de 1 a 31/12/2022 tinham uma informação trimestral de 1/09 a 30/11 e agora têm de 1/1 a 31/3. Colocava aqui outras questões para além daquelas que já foram levantadas e uma até já foi inicialmente planificada que era a visita dos membros desta Assembleia de Freguesia aos equipamentos da Junta. Isto ficou por realizar e quando é que se pretende fazer? Têm ou não uma lista, ou quando poderão ter uma lista atualizada dos Sanitários públicos existentes na União de Freguesias, abertos ou não, com indicação que já são geridos pela Junta. Em relação à resposta da ANACOM sobre o mau serviço dos CTT, o que pensa a Junta de Freguesia sobre isto? O que pensa a Junta sobre o estado de abandono dos imóveis municipais na Rua da Bainharia e na Rua Escura, onde se iria construir a residência para estudantes. Perguntou também se a Junta de Freguesia tem acompanhado a idosa que





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

reside na Rua da Bainharia, pois vive num prédio onde tem barulho permanente da Lavandaria do nº 98, na mesma rua. Reforçou mais uma vez sobre qual é a situação do Mercado São Sebastião. Relativamente ao estado da Habitação na Freguesia, pois a 27/4 com o desabamento do nº 57 da Rua 31 de Janeiro, que terá deixado 14 pessoas e 1 bebé emigrantes desalojados, não só teve este triste desfecho, mas evidenciou também aquela que é a situação laboral precária, sem alternativa a que estas pessoas têm de se sujeitas, onde pagavam 150,00€ por mês, num total de 2.000,00€, sem cozinha e contratos de arrendamento, sem condições habitacionais dignas ou qualquer garantia de segurança. Tudo pode contribuir para que acidentes lamentáveis como este aconteçam. Que diligências tomou a Junta de Freguesia junto da CMP para que se garanta resposta de urgência para estas situações, assim como respostas para evitar que elas aconteçam. Que conhecimento tem este Executivo de semelhantes casos de sobrelotação de habitação na nossa União de Freguesia. Questionou também a partir dos dados mais recentes das infrações do Regulamento da Movida, pois depararam que nos últimos 5 anos foram detetadas 210 infrações. Acresce a isto que não foram aplicadas quaisquer sanções acessórias possíveis desde o encerramento temporário destes estabelecimentos ou a extinção da autorização para esplanadas, não só compensa os proprietários destes estabelecimentos que continuam a infringir as regras como basta confrontar com aquilo que é o relato dos moradores que aqui vivem, com uma média de uma infração por semana detetada, para perceberem a ineficácia deste Regulamento e das autorizações que a CDU já alertou. Que diligências toma este Executivo junto da CMP para exigir a fiscalização e o sancionamento aos recorrentes casos de incumprimento e o que pensa fazer este Executivo para defender o direito ao descanso dos moradores destas zonas. Relativamente às propostas da CDU, questionam ainda o Presidente da Junta que afirmava que as iria fazer. O que é que é feita das propostas de animação dos Coretos de Jardins e de Bibliotecas. Em relação à atividade do Executivo da Junta questiona ainda porque não têm sido fornecidas as Atas, a última enviada respeita a 28/02 e só o fizeram porque nesse momento apresentaram um pedido para que lhe fosse fornecido. Importa também neste aspeto conhecer as Declarações de Voto nessas reuniões. -----

25

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Tiago Fonseca. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Relativamente à Informação Trimestral apenas quer fazer referência a duas situações e pensa que já foi referido anteriormente, mas reforçar. A informação deveria ser mais adensada em termos qualitativos. Sugeria, se calhar fazerem em tipo de formato de tabela, fazer uma listagem de todas as reuniões, com datas das reuniões que foram realmente mais importantes, onde houve alguma decisão. Tabela simples, data da reunião, com quem foi a reunião, os participantes, o objetivo da reunião, resumo e resultados da mesma e do que é que daí resultou. Quer fazer uma referência também e pensa que a Junta de Freguesia tem estabelecido uma série de Protocolos, que não consegue perceber com quantas entidades e espanta-se de ver só três, se a memória não lhe falha, relatórios trimestrais dessas mesmas entidades. Entende que deve haver um reforço no sentido de obter os relatórios trimestrais de todas as entidades com quem a Junta de Freguesia está protocolada. Apenas mais uma outra situação, na sugestão da redação de um documento. Seria importante que a informação qualitativa para a Assembleia saber das alterações ao nível do Inventário, serão feitas trimestralmente e que alterações de fundo foram efetivas nesse período. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que iria começar a responder ao Sr. Deputado do PSD. Veio



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

aqui dizer que o documento deveria ser mais bem elaborado, que deveria ter mapas, mas quando ele próprio vai contratar uma Assessora, os Srs. votaram contra. Os Srs. exigem um melhor trabalho, mas não permitem que ele contrate quem o possa ajudar. Quanto à informação trimestral, este último trimestre, o trabalho foi muito melhor. Quanto à CDU, o Sr. Deputado falou uma série de coisas que não são da competência da Junta. No que diz respeito ao desabamento na Rua 31 de Janeiro, já foi respondido pelo Sr. Presidente da Câmara várias vezes. Quanto à situação da Movida, serviços municipais, afirmou que vai ser emitida uma reportagem no Porto Canal onde consta as suas declarações. Na Assembleia Municipal fez as suas declarações sobre a Movida. Está sempre a defender os moradores, sempre votou a favor do Regulamento da Movida e entende que este Regulamento simplesmente veio tentar e a Câmara, dentro das suas competências, minimizar o impacto nos moradores. Mas o que acontece aqui, o impacto é causado pelos estabelecimentos de diversão noturna. Acontece que foi criada uma forma de diversão nos jardins, com colunas de música e mandam vir o Uber Eats e o que está aqui a falhar é a PSP, é a ordem pública. O Ministério da Administração Interna está a falhar redondamente. Quanto ao PAN e sobre o viaduto, ele próprio foi lá, esteve com os moradores, tomou conhecimento e agilizou tanto com os Serviços Sociais da Câmara como com a Polícia Municipal. Obtiveram resposta dos moradores mais tarde e que as pessoas desapareceram daquele local. Não fizeram esse acompanhamento porque não era propriamente pessoas em situação de sem-abrigo e pede desculpa por estar escrito no documento dessa forma. Tem afirmado pessoas em situação de sem-abrigo, mas não era o caso. Era uma família que possui automóvel, têm meio de transporte e chegavam lá todos os dias, à noite e acampavam naquele local. Quanto às Ocorrências, a Sr.^a Deputada do PAN está a colocar uma aplicação quando se pode enviar pelo WhatsApp, uma fotografia. Entende que estão a complicar, mas instalar uma aplicação, não. Está a trabalhar bem e quando a equipa ganha, não se mexe. Associação de Pais, surgiu uma Associação de Pais, que são de Leça, tentou fazer a ligação com a Casa Madalena de Canossa e futuramente parece-lhes que vão ter uma má notícia. Encaminhou-os para lá, a Associação de Pais conseguiu alugar um espaço, mas são pais que trabalham, dedicam-se mais aos filhos e desenvolver atividades com eles. Não querem propriamente assegurar um ATL. Tem 1 CATL de atividades, mas ao fim de semana para os seus filhos e para alguns amigos que queiram aparecer. Quanto ao prédio do Largo Tito Fontes, reuniu com o inquilino, estava a chover e a água a entrar em casa. Os Serviços Municipais vieram aqui e já lhes comunicaram que têm três meses para fazer a obra. Aproveita para chamar a atenção dos Srs. Deputados para dizer que têm alguns imóveis a precisarem de obras, não têm dinheiro. Para fazer obras, o prédio vai continuar a provocar a entrada de água para casa das pessoas, porque para substituir um telhado, não estão a falar de 40 ou 50 mil euros. Não é incoerência nas contas, as contas estão bem, não andam a nadar em dinheiro para recuperar um edifício inteiro. Se calhar numa próxima semana havia a intenção de mostrar aos Srs. Deputados alguns dos equipamentos da Junta para decidirem o que é que é melhor fazer com eles. Quanto às contribuições e dirige-se à Sr.^a Deputada Teresa Martins, afirmou que elas são sempre bem-vindas e estão aqui para construir, para crescer. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao deputado Tiago Fonseca. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Afirmou que o Sr. Presidente da Junta estava muito nervoso e quando faz aqui algumas sugestões reage desta forma e não consegue perceber porquê. Quando aborda determinado tipo de temas, não pode cortar. O PSD não votou contra a contratação da Assistente, votou contra, sim, a forma como a mesma foi contratada. É diferente Sr. Presidente e isto tem de ser visto como sugestão. -----





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Deputado. De seguida deu terminada os Trabalhos. Aguardam pela Minuta da Ata e aproveitou para agradecer o esforço realizado. -----

Mário Praça (1º Sec. da Assembleia) – Aproveitou para agradecer pois face ao início da Assembleia são 00,20h. Estão a ver para que as sessões terminem, de facto às 24.00 horas. Só para terem a noção, no Ponto 3, o tempo útil foram 59,73 minutos, Ponto 4 foram 12,35 minutos, Ponto 5 foram 4,21 minutos e no Ponto 6 foram 20,47 minutos. Claro que aqui existe uma margem mínima. Agradeceu a todos este respeito pelos tempos que é bom para a Mesa e para todos. Também quis agradecer ao Executivo este pequeno gesto do Íman que ofereceu e com muito orgulho o leva para casa pois está ligado a esta União de Freguesias. -----

Presidente da AF – De imediato informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. A Minuta foi aprovada por unanimidade. De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, São Nicolau e Vitória, 25 de maio de 2023, às 00,30 horas. -----

O Presidente:

O 1º Secretário:

O 2º Secretário:

Manifestação de Felicitações

Na passada, semana uma deputada desta assembleia defendeu e concluiu com aprovação unânime uma tese de doutoramento no IGBAS na Universidade do Porto, prova a que assisti acompanhado pelo senhor deputado Mário Moutinho do BE e de uma ex-deputada do Movimento Rui Moreira a dra. Maria de Deus.

Divergimos na essência, nós, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, nas posições políticas e na forma de alcançar os objetivos a que nos propomos para problemas comuns. Contestamos; protestamos e manifestamos desacordo em muitas propostas ou assunções do Bloco de Esquerda, contudo reconhecemos mérito aos seus deputados, que como nós, despendem muito do seu tempo para o bem dos nossos fregueses e da população em geral.

Não estamos, por isso, tomados por qualquer cegueira ideológica, como pensamos que nenhum dos senhores deputados está e nada nos custa reconhecer o mérito de quem tem isso mesmo: Mérito.

Assim, convidamos todos os deputados a juntarem-se a nós numa manifestação de felicitações à deputada, a doutora Teresa Martins por ter conseguido atingir tão alto patamar na academia.

Os deputados do Partido Socialista

João de Deus
Eduardo Albuquerque
A. Moutinho
A. Moutinho

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Aleg.", "ERB", and "M. P."

3 - Relatório de Actividades e Relatório de Gestão 2022**DECLARAÇÃO DE VOTO**

A CDU recusou aprovar o Relatório de Actividades e o Relatório de Gestão de 2022 pelos motivos expressos na Intervenção que pronunciou, que faz parte integrante desta Declaração de Voto e aqui se dá por integralmente reproduzida, e de que se destacam os seguintes aspectos:

- ausência de referências à recusa inicial de uma proposta de documentos previsionais adulterada, motivando a sua substituição e consequente desrespeito dos prazos legais, com aprovação apenas a meio de Janeiro e sem segurança jurídica sobre o novo documento;
- ausência de menção à devolução de verbas à Câmara Municipal do Porto na sequência da devolução da gestão do Mercado de S. Sebastião, devolução que acarreta um encargo financeiro plurianual;
- cobrança de uma renda à Câmara Municipal relativamente a edifício escolar resultante de doação, sem que se saiba se tal é concordante com os termos dessa doação;
- falta de identificação clara do *software* utilizado, verbalmente atribuído à Medidata;
- a anómala inclusão de dados de anos anteriores nunca antes referidos e a utilização de elementos que não foram validados e são por isso de duvidosa legalidade e fiabilidade, nomeadamente valores de orçamentos e contas de anos anteriores que foram rejeitados na Assembleia de Freguesia de então;
- rendas cobrados por um edifício que a Junta recebera por doação, sem que seja claro se os termos da mesma o permitem;
- divergências entre os valores plasmados em Certidão de Recelta emitida pela CMP e os constantes da "Demonstração de Execução".

24.05.2023

Pel'A CDU,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Declaração de Voto

Apreciação e Votação dos Documentos de Proteção de Contas Relativos ao Ano de 2022

O **PSD - Partido Social Democrata**, absteve-se neste ponto pois foram levantadas várias dúvidas que não foram suficientemente esclarecidas.

Cumpre salientar que a bancada do **PSD – Partido Social Democrata** alertou para a existência de alguma falta de coerência no que diz respeito aos recursos humanos desta Junta de Freguesia, ora se em algumas vezes a Junta de Freguesia propõe a mobilidade dos funcionários alegando motivos financeiros, por outro contrata pessoas avançadas e aceita outras em mobilidade.

Outra situação que merece destaque consiste na reprodução de algumas afirmações que são referidas pelo executivo que configuram um uso indevido e inapropriado de tais afirmações, nomeadamente, e passando a citar, “...Tiramos o tráfego e o consumo de estupefacientes dos sanitários... encontramos a solução perfeita para retirar o consumo da droga do Fontanário da Rua Mouzinho da Silveira.”.

Em conclusão, problemas de justificação e deficiências na informação prestada e na argumentação utilizada, faz com que a bancada do **PSD – Partido Social Democrata** não possa, em consciência, votar favoravelmente o presente documento.

Porto, 24 de Maio de 2023.

O grupo da Assembleia de Freguesia, **PSD – Partido Social Democrata**.



Declaração de Voto

Votámos contra o relatório de atividades e conta de gerência do ano de 2022 da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, devido a quatro principais razões:

- 1) Tal como no ano anterior, não houve incorporação de propostas do nosso grupo político que foram aprovadas em Assembleia de Freguesia, tais como a implementação de um gabinete de apoio aos cuidadores informais da freguesia, entre outras.
- 2) Houve uma baixa execução orçamental em áreas que consideramos prioritárias, como a ação social e a educação.
- 3) O relatório de atividades contém opções de despesa às quais o nosso grupo político sempre se opôs e também alterações na despesa não justificadas de forma clara no relatório.
- 4) Por último, contestamos também a tardia distribuição dos documentos associados ao relatório, o que limita a avaliação e discussão informada dos mesmos por parte de todos os grupos políticos e dos cidadãos em geral.

Porto, 24 de Maio de 2023

Os representantes do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

Teresa Martins

João Semedo


OBS
Paul

DECLARAÇÃO DE VOTO

O PAN abstém-se na votação relativa à prestação de contas de 2022 uma vez que, fazendo o balanço do último ano, nomeadamente através da documentação que foi enviada, consideramos que apesar de estar aquém da proatividade que desejaríamos, nomeadamente nas áreas da habitação, ecologia, ambiente e bem-estar animal, onde gostaríamos de ver muito mais trabalho a ser realizado, reconhecemos que a nível financeiro houve um esforço por parte do executivo de minimizar a dívida da junta. Por outro lado, ao observarmos um excedente financeiro, consideramos também que o orçamento poderia ter sido esgotado na potencialidade dos serviços a prestar à população.

Constatamos ainda que no âmbito da habitação, uma vez mais, a incapacidade estratégica desta junta, em articulação com a CMP, para dar a devida resposta às centenas de pessoas desta freguesia que continuam em situação limite no que toca ao seu direito à habitação.

Por fim, a nossa abstenção deve-se ainda ao facto de considerarmos que este executivo deveria ter cumprido com maior rigor os projetos que apresentou no início do ano (uma vez que olhando para as GOP de 2022 verificamos que a execução dos objetivos e estratégia apresentados não é em grande medida cumprida) e ainda que dê mais passos concretos nas áreas da habitação, da cultura, do ambiente e do bem-estar animal.